

MEB sob suspeita: a apreensão da cartilha *Viver é Lutar* e o golpe de 1964

Isabel Aparecida Bilhão^I
Kelly Ludkiewicz Alves^{II}

^IUniversidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo/RS – Brasil

^{II}Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador/BA – Brasil

RESUMO – MEB sob suspeita: a apreensão da cartilha *Viver é Lutar* e o golpe de 1964. O artigo aborda a apreensão, ocorrida em fevereiro de 1964, da cartilha *Viver é Lutar*, produzida pelo Movimento de Educação de Base (MEB). Analisa o evento em duas dimensões: em relação ao contexto político nacional, com base na cobertura jornalística e nos textos respondendo ao processo instaurado pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e em seu impacto no cotidiano das escolas radiofônicas, com base em um conjunto de cartas escritas pelas monitoras de Pernambuco. Como resultados, ampliam-se os conhecimentos sobre as tensões e contradições políticas envolvendo o Movimento no contexto pré-golpe civil-militar de 1964, bem como sobre os impactos em sua atuação com a instauração da ditadura.

Palavras-chave: **MEB. Cartilha *Viver é Lutar*. Golpe civil-militar de 1964.**

ABSTRACT – MEB under suspicion: the seizure of the booklet *Viver é Lutar* and the 1964 coup. This article addresses the seizure of the booklet *Viver é Lutar (To Live is to Fight)*, produced by the Basic Education Movement (Movimento de Educação de Base – MEB). It analyzes the event in two dimensions: in relation to the national political context, based on journalistic coverage and texts responding to the proceedings initiated by the Department of Political and Social Order (Departamento de Ordem Política e Social – DOPS); and its impact on the daily life of the radio schools, based on a set of letters written by monitors from Pernambuco. As a result, the study expands knowledge about the political tensions and contradictions involving the Movement in the pre-civil-military coup context of 1964, as well as the impacts on its activities with the establishment of the dictatorship.

Keywords: **MEB. Primer *To Live Is to Fight*. 1964 Civil-Military Coup.**

Introdução

Nos anos 1950, o discurso desenvolvimentista, que vinha impactando os rumos da urbanização e da industrialização no Brasil, passou a dirigir-se também ao meio rural, visando a denunciar seu *atraso* e abandono e a defender uma reestruturação produtiva. Essa demandaria, entre outras medidas, a ampliação da educação elementar aos trabalhadores rurais, uma vez que a histórica situação de analfabetismo passava, então, a ser apontada como um importante entrave ao crescimento econômico nacional.

No período, diversas iniciativas buscaram ampliar o acesso à escolarização da população brasileira¹. Dentre elas, o Movimento de Educação de Base (MEB) pode ser considerado uma das mais abrangentes, inovadoras e contraditórias. O MEB foi criado pela Igreja Católica, por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) com o objetivo de desenvolver um programa educativo, via escolas radiofônicas, junto às populações das áreas rurais consideradas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País². O Movimento, embora originário da iniciativa eclesiástica, foi financiado pelo Governo Federal. O convênio concretizou-se com um decreto assinado por Jânio Quadros, em março de 1961³. O MEB passou então a ser coordenado por um Conselho Diretor, presidido por D. José Vicente Távora, Arcebispo da Arquidiocese de Aracaju⁴.

O MEB contava ainda com uma equipe de coordenação pedagógica, atuante no Rio de Janeiro, equipes de coordenadores e professores locutores estaduais e com uma ampla rede de monitoras voluntárias⁵, encarregadas de acompanhar as radioaulas e auxiliar os estudantes em suas tarefas cotidianas. Como apoio às aulas, foram confeccionadas três cartilhas: *Saber para viver* (MEB, 1963a) e *Viver é Lutar* (MEB, 1963b), em 1963; e *Mutirão* (MEB, 1965), em 1965. Esse Movimento e esses materiais didáticos vêm sendo abordados por estudos acadêmicos, abarcando diferentes perspectivas⁶.

Nesse artigo objetivamos tratar de um aspecto ainda pouco discutido: o episódio e a repercussão da apreensão, em fevereiro de 1964, de parte da tiragem de *Viver é Lutar*, por ordem do governador da Guanabara, Carlos Lacerda⁷.

Na análise, buscamos realizar um “jogo de escalas” tal como pensado por Jacques Revel (1998, p. 14), quando este aponta que, em relação às abordagens micro e macrológicas, nenhuma escala deveria “ter privilégio sobre a outra já que é o seu cotejo que traz o maior benefício analítico”. Propomo-nos, então, a estudar o evento a partir de duas escalas. Uma, macrológica, pensando-o em sua relação com o cenário político nacional no contexto pré-golpe civil-militar de 1964. Já em escala micrológica, tratamos das repercussões desse evento no funcionamento cotidiano das escolas radiofônicas.

Ainda em relação ao jogo de escala, Benard Lepetit (1998, p. 94) enfatiza que “a adoção de uma escala é antes de mais nada a escolha de um ponto de vista de conhecimento”. Para ilustrar, Lepetit (1998,

p. 102) utiliza a seguinte imagem: “Uma cidade, um campo, de longe são uma cidade e um campo, mas à medida que nos aproximamos, são casas, árvores, telhas, folhas, capins, formigas, pernas de formigas, até o infinito”. Essa passagem ajuda a visualizar o que pretendemos nesse artigo: um movimento de aproximação do olhar, focalizando o evento apreensão da cartilha, mas cotejando-o tanto com o contexto mais amplo da política nacional, quanto com seus impactos no cotidiano das pessoas mais diretamente envolvidas no trabalho junto às escolas radiofônicas, as monitoras e os/as estudantes.

Assim, procuramos inicialmente compreender em que conjuntura o conteúdo da cartilha *Viver é Lutar* chegou a ser lido como *comunista* por parte dos poderes políticos instituídos, levando o Movimento a precisar se defender de tal acusação. Além disso, tratamos da repercussão jornalística, procurando pensar as tensões e instabilidades sociopolíticas pré-golpe de Estado de 1964, bem como em seus impactos na continuidade do Movimento.

Para tanto, no primeiro tópico, utilizamos parte da documentação produzida, salvaguardada e disponibilizada por Osmar Fávero⁸, quando este coordenou, entre 2006 e 2008, o projeto intitulado Memória da Educação de Jovens e Adultos (1ª fase 1947-1967)⁹. Embasamos-nos em um histórico, escrito por Fávero, apresentando o processo de elaboração da cartilha e três documentos assinados pelo Presidente do MEB, D. José Vicente Távora: uma carta de apresentação da cartilha aos bispos das dioceses integrantes do Movimento, um texto distribuído durante a entrevista coletiva à imprensa, após o episódio da apreensão e uma carta-depoimento, diante do processo instaurado pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) da Guanabara. Somando-se a eles, textos a respeito do episódio, publicados nos jornais cariocas – *Correio da Manhã*, *O Globo*, *Última Hora* e *A Notícia* – e nos jornais mais próximos à área de atuação do MEB – *Diário de Pernambuco* e *Última Hora*, Edição Nordeste.

Em escala micrológica, discutimos, no segundo tópico, o impacto desse evento no cotidiano escolar tendo por base um conjunto de cartas enviadas por monitoras que atuavam nas escolas radiofônicas de Pernambuco. Essas cartas compõem o Fundo MEB que está sob a guarda do Centro de Documentação e Informação Científica da Pontifícia Universidade Católica (CEDIC-PUC/SP).

O MEB responde ao DOPS: a apreensão da cartilha no contexto pré-golpe

Na manhã de 20 de fevereiro de 1964, os programas radiofônicos informaram à população do estado da Guanabara que, por ordem do governador Carlos Lacerda, o DOPS havia realizado uma ação em uma gráfica na Lapa e feito uma importante apreensão. Em algumas versões, tratava-se de um livro que comprovava a orientação comunista do Ministério da Educação e Cultura do governo João Goulart. Em outras, o material apreendido atestava o alarmante grau de difusão do

ideário subversivo no Brasil, uma vez que seria obra de “padres que estão em conchavo com o governo” (Chefe..., 1964, p. 2).

Com base na observação da cobertura jornalística e das providências tomadas tanto pelo DOPS quanto pelo MEB para elucidar os fatos, pode-se compor um painel do ocorrido. Segundo o histórico produzido por Fávero (2013, s/p.), deduz-se que, conforme o dito popular, o governo Lacerda atirou no que viu e acertou no que não viu.

Ao que tudo indica, a ação policial na gráfica da Editora Americana visava apreender o livro *Carreirista da Traição*, de Epitácio Caó – que expunha as contradições de Lacerda – e o jornal *O panfleto*, editado pela Frente de Mobilização Popular, a qual pertencia o então deputado federal Leonel Brizola¹⁰. O fato dos agentes do DOPS terem se deparado com a cartilha *Viver é Lutar*, que a seus olhos afigurou-se como obra comunista, teria sido acidental.

O MEB havia contratado outra empresa, o Estúdio Gráfico Brasil S.A e este subcontratou a Editora Americana, que já vinha sendo vigiada pelo DOPS, para produzir uma parte do material. No momento da apreensão foram encontrados três mil exemplares já prontos e encaixotados, com destinação à Diocese de Belém.

Tratava-se de uma pequena parte da tiragem, uma vez que o número total previsto era de cem mil exemplares, produzidos em duas etapas. Desses, quarenta e cinco mil já haviam sido entregues às dioceses participantes do MEB. A quantidade e o poder de circulação desse material devem ter impressionado o delegado Denizard Corrêa Pinheiro, responsável pela ação do DOPS naquela madrugada.

Mas, provavelmente, os agentes do DOPS devem ter se impactado ainda mais pelo conteúdo. Como seus olhos, de antemão, procuravam indícios de ideologia comunista, não deve ter sido difícil encontrá-la nesse material. Nos objetivos da obra, era mencionado pela ordenação pedagógica:

Procuramos usar uma linguagem que permitisse uma real comunicação com o povo. Para nós, isto pesou mais que algumas regras gramaticais. Gostaríamos que este trabalho fosse considerado sempre em sua intenção fundamental: um instrumento auxiliar na educação de adultos e adolescentes, educação que por ser uma educação integral, exige a conscientização (MEB, 1963b, p. 64).

Esse posicionamento coaduna-se com as resoluções do 1º Encontro Nacional de Coordenadores do MEB, realizado em dezembro de 1962. Nele, a educação de base passou por uma redefinição, assumindo o caráter de conscientização. Essa mudança devia-se, entre outras motivações, ao fato de que muitas dessas lideranças também integravam a Juventude Universitária Católica (JUC) que, na época, vinha se aproximando dos militantes ligados à esquerda laica e participando mais ativamente da União Nacional dos Estudantes/UNE (Kadt, 2007). Tais transformações ajudam a compreender o tom militante empregado na elaboração da cartilha.

Viver é Lutar contém sessenta e cinco páginas, apresentando trinta lições, cada uma composta de pequenos textos e imagens alusi-

vas às condições de vida dos trabalhadores rurais. Ao observar as propostas, lições e imagens presentes na cartilha, enxergando-as a partir da intencionalidade do *combate ao comunismo*, é provável que os agentes do DOPS e da Secretaria da Segurança da Guanabara acreditassem que, com essa apreensão, estavam prestando ao governo Lacerda um serviço ainda maior e mais importante do que o originalmente encomendado. A análise do Secretário de Segurança, coronel Gustavo Borges, foi assim apresentada pela imprensa:

O negócio é muito sutil. Não há uma insinuação direta, mas, se numa página eles dizem, que é necessária a luta camponesa em suas reivindicações, na outra estampam fotos dos lavradores com foices, picaretas, pás e outros instrumentos, em atitude agressiva. A publicação não é do MEC porque o MEC não teve coragem de publicá-la, é dos padres que estão em conchavo com eles (Chefe..., 1964, p. 2).

Com base nessa percepção, o inquérito foi instaurado. Conforme a sequência de acontecimentos organizados cronologicamente por Fávero, tem-se o seguinte panorama: os responsáveis pelas gráficas editoras foram os primeiros chamados a depor, quando se elucidou que a encomenda foi realizada pelo MEB à Empresa Gráfica Brasil e não à Editora Americana. Alguns dias mais tarde, diante da repercussão do caso, o Presidente do Conselho Diretor, D. Távora, deslocou-se de Sergipe para o Rio de Janeiro, a fim de acompanhar de perto o desenrolar dos acontecimentos.

No dia 26 de fevereiro, D. Távora encontrou-se com o governador da Guanabara para tratar do caso. Não se tem acesso ao conteúdo dessa conversa. Mas, alguns de seus reflexos chegaram à imprensa em entrevista concedida por ele um dia após seu encontro com Lacerda. Essa versão também foi copiada e distribuída para todas as equipes e dioceses do MEB. A abertura do texto remete a uma comunicação da CNBB, realizada em 14 de julho de 1962:

Ninguém desconhece o clamor das massas que, martirizadas pelo espectro da fome, vão chegando, aqui e acolá, as raias do desespero [...]. Agora, pelo agravamento das sucessivas crises econômicas, políticas e sociais, que tem abalado o país, seja pela facilidade das comunicações, da divulgação das ideias e dos acontecimentos, seja pela crescente organização das classes, o povo das cidades e dos campos começa, não apenas a tomar conhecimento das verdadeiras causas desses males, como, sobretudo a compreender que, sem participação na vida das instituições e da própria sociedade, jamais será libertado do estado de ignomínia em que se encontra (Távora, entrevista apud Fávero, 2013, s/p).

Observando-se o tom e o período em que originalmente foram publicadas essas palavras, pode-se pensar que D. Távora utilizou-as tanto para demonstrar que o MEB tinha o respaldo da hierarquia eclesial brasileira – não se tratando de um grupo de padres *em conchavo* com o Governo Goulart – quanto para apontar o fato de que a CNBB já vinha, de longa data, demonstrando preocupações com a desigualdade social e com as contradições no campo. O MEB seria, des-

sa forma, uma resposta legítima da Igreja Católica para atuar nesse contexto e não um agravante dele.

Na entrevista, D. Távora segue explicando que os bispos brasileiros estariam seguindo as orientações da Doutrina Social da Igreja¹¹. Em suas palavras:

Os Bispos [...] não podem ser indiferentes nem omissos numa tarefa da mais alta importância, exigida pela própria caridade do Evangelho, qual seja a de emprestar sua cooperação ao desenvolvimento social e cultural do povo e a elevação do nível geral da sociedade (Távora, entrevista apud Fávero, 2013, s/p).

Além de vincular o Movimento às aspirações sociais católicas de forma mais ampla, D. Távora parece ter aproveitado o momento para transformar a inconveniente apreensão em oportunidade de apresentar à imprensa o trabalho do MEB. Assim, na sequência da entrevista explicou a forma como se deu o convênio entre a CNBB e o Governo Federal e apresentou as perspectivas de atuação do Movimento com base em dados objetivos:

No ano de 1964, está previsto o funcionamento de cerca de 10.000 escolas radiofônicas para atendimento a 280.000 alunos [...]. Além dos treinamentos de supervisores e monitores, [o MEB] promove, constantemente, cursos e treinamentos de líderes, preparando-os para os trabalhos de desenvolvimento de suas comunidades, incentiva a organização de cooperativas, de clubes de mães, de sindicatos e outras atividades semelhantes. [...] Pode-se frisar um fato extraordinário: o MEB conta com cerca de 10.000 monitores, pessoas do povo, que trabalham como voluntários, gratuitos, o que representa uma incalculável contribuição, inclusive de ordem econômica, para o desenvolvimento da Nação (Távora, entrevista apud Fávero, 2013, s/p).

Foge às condições do artigo retomar as relações do MEB com o contexto nacional-desenvolvimentista¹². Mas se a imprensa pode ser pensada como um lócus privilegiado de disputas pela construção da opinião pública, pode-se supor que D. Távora deve ter percebido a oportunidade que então se apresentava para propagandear o MEB como um aliado ao necessário desenvolvimento socioeconômico do país. Ideia que, desde meados dos anos 1950, vinha sendo apresentada como um consenso nacional. A situação mostrava-se oportuna também para reafirmar que “todo o trabalho do MEB é de orientação cristã e executado por pessoas que têm consciência de que uma solução materialista, para o Brasil, será uma solução desastrosa” (Távora, entrevista apud Fávero, 2013, s/p).

O prelado encerrava afirmando que na conversa com o governador o incidente da apreensão da cartilha foi dado por encerrado. No entanto, o delegado Denizard Pinheiro continuou tomando depoimentos. Assim, compareceram ao DOPS, no dia 3 de março de 1964, o Vice-Presidente da CNBB e representantes do MEB. No dia 5 foi a vez de Osmar Fávero depor e, no dia 9 de março, foram enviadas ao DOPS uma cópia dos Estatutos do MEB e as primeiras lições da cartilha *Saber para viver*.

No dia 10 de março, D. Távora apresentou, por escrito, seu depoimento ao DOPS. Esse documento também foi copiado e enviado a todas as dioceses participantes. No longo texto o prelado não poupou dados sobre o contexto socioeconômico e sobre as formas de atuação do MEB. Mas, em diversas passagens, nota-se um tom muito diferente daquele utilizado na comunicação com a imprensa.

Provavelmente na avaliação de D. Távora o assunto já tinha se arrastado mais do que o necessário e acentuava-se o desgaste de ter de fornecer explicações para pessoas que pareciam, de antemão, ter criminalizado o Movimento. Assim, o tom dessa escrita foi marcado por ironia e irritação pouco disfarçada. Um exemplo pode ser observado no seguinte trecho:

[...] se eu fizesse uma colheita de centenas de expressões que encontro nos Documentos Pontifícios, de Leão XIII até Paulo VI, condenando toda uma situação histórica em que o econômico-social ou político esmagam o homem e publicasse essa pesquisa num folheto correria o risco de ser considerado subversivo (Távora, carta-depoimento apud Fávero, 2013, s/p).

Em outra parte, informa que, “[...] por força dos meus deveres funcionais, de todos os dissabores e constrangimentos que este episódio nos tem causado, coloquei a par tanto o Sr. Cardeal Dom Jayme de Barros Câmara, Arcebispo desta Arquidiocese, quanto a Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil” (Távora, carta-depoimento apud Fávero, 2013, s/p). Na sequência, explicita:

[...] os constrangimentos, a que me refiro, tocam de perto um trabalho educativo de grande alcance social de Arcebispos e Bispos, sobre a qual é lançada dúvida ideológica, com suspeição mesmo de serviço ao comunismo. Mais do que ninguém, **nós, os Bispos, que representamos a Igreja, sabemos distinguir entre comunismo e catolicismo** (Távora, carta-depoimento apud Fávero, 2013, s/p, grifo nosso).

Nas passagens, e especialmente na frase em destaque, pode-se inferir que D. Távora pretendia demonstrar que o delegado não tinha nem competência para colocar em suspeição a autoridade eclesiástica brasileira, nem condições de julgar um projeto educacional realizado pela alta hierarquia católica, colocando-o, por assim dizer, em seu devido lugar. Mas, a irritação presente no texto pode remeter também a certa estupefação do autor com a exacerbação do discurso anticomunista que se tornava cada vez mais claramente um risco à frágil democracia nacional. O processo relacionado à cartilha vinha demonstrar que ninguém, nem mesmo a Igreja Católica, estaria a salvo da violência de Estado. Mas, naquele momento, talvez ainda não fosse possível ao Arcebispo imaginar o quão rapidamente a situação iria aprofundar-se em uma ditadura que levaria a novos patamares o empoderamento de agentes como o próprio delegado Denizard Pinheiro.

Pela cobertura jornalística percebe-se que a parte da imprensa de oposição a Lacerda também parecia chocada com as ações policiais. Esses jornais dividiram-se em maneiras jocosas ou reflexivas ao apresentar o caso. O jornal *Última Hora*, por exemplo, publicou uma

matéria com o título “DOPS cai no ridículo: ‘Cartilhas Subversivas’ são mesmo dos Bispos” (DOPS..., 1964, p. 2), aproveitando o ensejo para ridicularizar a ação e zombar do que foi considerado um *delírio comunista* de Lacerda.

Na linha mais reflexiva, o editorial do jornal *Correio da Manhã* (Intolerância..., 1964, p. 6), assim se referia ao tema:

Esta última violência policial do governador da Guanabara constitui mais uma demonstração acintosa de sua intolerância, de sua total incompatibilidade com o regime democrático. Ele firma, mais uma vez, o seu propósito obscurantista de destruir as liberdades individuais e coletivas como se o País não estivesse disposto a defendê-las.

Contudo, se nos jornais de oposição predominou o tom condenatório à violência policial e ao cerceamento à liberdade de imprensa, esse não foi o mesmo dos demais veículos. Após o encontro de Lacerda com D. Távora, o governo do estado passou a desqualificar a cartilha. No dia 27 de fevereiro foi divulgada a avaliação elaborada pelo Instituto de Pesquisas Educacionais/IPE, da Secretaria da Educação do Estado da Guanabara. As seguintes manchetes apontam para o teor do consenso produzido: No *Tribuna da imprensa: Cartilha não atende fins pedagógicos* (Cartilha..., 1964, p. 4). No *O Globo* (A Cartilha..., 1964, p. 13) ‘*A Cartilha apreendida só visa a provocar revolta e insatisfação*’, diz o IPE.

Nos textos publicados na imprensa pró-Lacerda, sobre a apreensão da cartilha, observamos o consenso em torno da ideia de que o país estava sob ameaça comunista. Exemplar nesse sentido é o editorial do jornal *O Globo* (A armadilha..., 1964, p. 3) intitulado *A Armadilha Psicológica*. O texto iniciava explicando que

A CARTILHA apreendida pela polícia carioca numa oficina da Lapa é mais uma demonstração das intenções e dos planos dos comunistas e de seus cúmplices no que diz respeito à comunização do Brasil. O critério didático nela aplicado é o do famigerado método Freire, concebido para subverter a pretexto de alfabetizar.

E, adiante, mencionava:

DIZEM que a publicação se destinava a uma entidade católica do Nordeste, que se encarregaria da sua distribuição, **em milhões de exemplares, naquela região do País**. Se a notícia ficar comprovada, ela será uma demonstração a mais da penetração e da extensão da infiltração comunista no Brasil. Não seria o primeiro caso, nem será, infelizmente, o último, que um ou outro padre, e até mesmo um ou outro bispo, por ingenuidade, por mal entendido zelo social ou por qualquer outro motivo, se faz cúmplice involuntário dos comunistas e instrumento de seus planos de subversão (A armadilha..., 1964, p. 3, grifo nosso).

Nesse excerto é interessante observar dois pontos, o primeiro, é o uso palavra dizem, grafada em maiúsculas, que aponta para a circulação desencontrada de informações sobre o episódio, indicando um descompromisso do veículo em questão com sua verificação. O fato

de o texto estar no Editorial poderia justificar seu tom muito mais opinativo do que informativo. Mas, e esse é o segundo ponto a ser enfatizado, nem por isso os *dados* deixam de ser apresentados e, nesse caso, a conhecida estratégia de inflacionar os números para aumentar seu impacto foi amplamente utilizada, como se pode observar na frase em destaque.

Os historiadores da imprensa há muito explicitaram o caráter ativo dos jornais na história. Com base em suas perspectivas compreendemos que esses veículos ajudam a dar forma aos eventos que noticiam, participando diretamente da luta pelo poder que é também a luta pela formação da opinião pública. Esta, para lembrar Pierre Bourdieu (1983), não existe a priori, sendo fruto de diversas formas de produção ou fabricação a partir da *opinião publicada*.

Mas, não se trata apenas de advertir que a imprensa possui *opinião*, deve-se, além disso, notar, como apontam Heloisa Cruz e Maria do Rosário Peixoto (2007), que sua atuação estabelece espaços e constrói adesões e consensos. Dessa forma, a imprensa além de assimilar “interesses e projetos de diferentes forças sociais é ela mesma espaço privilegiado de articulação desses projetos” (Cruz; Peixoto, 2007, p. 257-258).

No caso do *projeto* privilegiado pela imprensa favorável a Lacerda, e exemplarmente perceptível nesse editorial d’*O Globo*, pode-se notar que o episódio da apreensão da cartilha foi tomado como uma evidência de quão complexas eram as estratégias propostas pelos *comunistas*. Na sequência lê-se: “A cartilha diz que o homem deve fazer certos treinamentos, certos cursos, ir ao sindicato, entregar-se ao sindicato, fazer as greves que o sindicato determinar, tornar-se escravo do sindicato. Como o sindicato é dominado por eles, a conclusão é óbvia” (A armadilha..., 1964, p. 3).

Estabelecer o alcance dessa narrativa e o tamanho de seu comprometimento com a retórica do perigo comunista demandaria uma análise da sequência de editoriais do jornal *O Globo*, procedimento que está além do pretendido nesse artigo. Mas, no que tange especificamente ao episódio em foco e em suas repercussões sobre a atuação do MEB, esse editorial, pensado em conjunto com o restante da documentação até aqui apresentada, possibilita vislumbrar as enormes dificuldades para a atuação do Movimento na sequência dos eventos. Situação agravada pelo fato de que a notícia se espalhou para as regiões de atividade mais direta do MEB. Observamos, por exemplo, o que foi publicado na imprensa pernambucana e notamos que, embora, aparentemente, esta não tenha lhe dado o mesmo destaque que os jornais cariocas, a apreensão foi utilizada para promover críticas e ataques aos grupos políticos opositores, revelando os embates presentes nos dias que antecederam ao golpe.

O *Diário de Pernambuco* publicou, no dia 1º de março, a primeira reportagem com o título *Cartilhas do MEB serão devolvidas*, na qual comentava uma declaração de D. Távora após a audiência com Lacerda, seguido da notícia sobre a apreensão e as ações do MEB. O episó-

dio também foi citado brevemente na coluna *Informativo Econômico*, de cunho conservador, assinada por M.A.A (Informativo..., 1964). O texto trata dos padres ligados à Esquerda Católica e que colaboravam “intensamente com programa [...] do Movimento de Educação de Base, cuja cartilha Viver é Lutar foi apreendida pela Polícia do Rio, em boa hora. [...]” (Cartilhas..., 1964, p. 4). Uma semana depois, o artigo *Dom Távora não será ouvido no inquérito da cartilha comunista* chama a atenção pela adjetivação da cartilha como comunista, além de reafirmar seu caráter subversivo e de isentar a CNBB da responsabilidade sobre ele:

A cartilha [...] contendo em seu texto ideias e expressões nitidamente marxistas e revolucionárias, foi editada pelo Movimento de Educação de Base, entidade que tinha até pouco tempo vinculações com a Conferência Nacional dos Bispos. Agora, porém, tem ela personalidade jurídica própria e foi nessa qualidade que editou Viver é Lutar (Dom Távora..., 1964, p. 12).

No *Última Hora*, Edição do Nordeste, Stanislaw Ponte Preta publicou, no dia 26 de fevereiro, o texto *A Impressionante Mancada da Turma Anticomunizante*, no qual, ao seu estilo e mantendo a mesma linha da edição carioca, satirizava o que chamou de “turma do anti-comunismo profissional” dizendo que “deram a maior mancada anticomunizante do século” (Ponte Preta, 1964a, p. 7). Passados alguns dias, o colunista escreveu uma breve nota em que criticava o parecer dado pelo IPE sobre a cartilha, segundo o qual “a Secretaria da Educação tenta transformar o caso em vigília pedagógica [...]” (Ponte Preta, 1964b, p. 8).

O assunto seguiu aparecendo na coluna de Octávio Malta, fundador do jornal juntamente com Samuel Wainer, que publicou dois textos seguidos intitulados *A cartilha dos bispos* (Malta, 1964a, p. 4) e *Continuar até mudar...* (Malta, 1964b, p. 4). Neste último, utilizou uma lição da cartilha para tecer críticas à direita e sua inércia para promover mudanças na vida do povo.

A forma como o episódio foi tratado nos periódicos é reveladora da tensão política existente entre apoiadores e opositores de João Goulart, e demonstra como os grupos ligados à esquerda católica e aos movimentos sociais foram implicados neste debate pela imprensa. Segundo Wagner Teixeira (2008, p. 121), “entre o final de 1963 e início de 1964 a polarização política levou a direita a ver nos movimentos e seus conceitos erros, desvios e ameaças”. Para ele, a apreensão do material e o debate posterior demonstram

[...] a relação entre os movimentos de educação e cultura popular com o contexto político da época. E como o conteúdo da cartilha provocou a reação dos setores mais conservadores que se aglutinavam, naquele exato momento, em torno da articulação golpista contra Jango (Teixeira, 2008, p. 143).

Com a instauração da ditadura, o MEB foi o único dos movimentos de educação popular até então existentes que continuou em vigor. Mas, tratou-se de um MEB profundamente reformulado, inclusive em sua estrutura organizativa. A coordenação nacional foi desfeita

ta e ocorreu a descentralização dos programas estaduais, que ficaram sob a responsabilidade dos bispos diocesanos. Em 1965 uma nova cartilha, chamada *Mutirão*, foi elaborada e distribuída para as escolas. Isso não significou, no entanto, que a *Viver é Lutar* tenha sido imediatamente abandonada. No próximo tópico, em uma mudança de escala, observaremos as questões relacionadas às repercussões desse evento no cotidiano das escolas radiofônicas, em Pernambuco, tendo por base empírica a correspondência enviada pelas monitoras às supervisoras do MEB neste estado.

“Estou preocupada com a escola”: a apreensão da cartilha no contexto pós-golpe

Neste tópico abordamos o episódio da apreensão da cartilha *Viver é Lutar* para além de suas repercussões políticas e sociais mais amplas, evidenciando sua repercussão, a partir das escolas radiofônicas de Pernambuco¹³, tendo em vista aspectos relacionados às emoções, inquietações e esperanças vividas (Castillo Gómez, 2002) pelas pessoas que participaram do MEB nas comunidades, utilizando as cartas, por tratar-se de fontes produzidas cotidianamente pelas pessoas comuns (Castillo Gómez, 2002).

As cartas são fontes privilegiadas para narrar o episódio a partir da escala micrológica (Lepetit, 1998), ademais de permitirem acessar a importância dada pelos sujeitos à escrita naquele contexto, em que a valorização da alfabetização e seu fomento são partes do projeto desenvolvimentista do Estado. Assim, as monitoras, ao utilizarem as cartas como forma de expressão de suas inquietudes e estratégias de resistência frente a sua participação nas escolas radiofônicas do MEB, também demonstraram as apropriações da língua escrita como exercício de subversão e de afirmação da alfabetização e, nesse caso, da escrita como forma de conhecimento, comunicação e inserção na sociedade brasileira (Alves, 2022).

Quanto à repercussão do episódio nas escolas radiofônicas, os relatos evidenciam a instabilidade política e a repressão nas comunidades, em que a cartilha aparece como elemento catalisador da associação do MEB ao comunismo. Nas missivas as monitoras citaram as cartilhas, ou livros, como motivo para tais suspeitas – ou boatos, na forma como aparece nas cartas – ainda que estas não se refiram ao episódio da apreensão, mas ao recolhimento do material pelo Exército ou por autoridades locais, à prisão de integrantes do MEB e ao fechamento de escolas radiofônicas.

Nos primeiros dias após o golpe, as monitoras relataram as situações de inquietude vivenciadas e solicitaram informações sobre os rumores em torno das escolas radiofônicas e do envolvimento do MEB com o comunismo, além de pedirem orientações sobre como proceder com relação ao recolhimento do material e ao funcionamento das escolas. A monitora da escola de Grossos escreveu no dia 18 de abril uma carta destinada às supervisoras, na qual comentava: “[...] Com estas notícias de comunismo, surgiu uns boatos que estas esco-

las radiofônicas vão ter algumas complicações por causa dos livros [...]” (Oliveira, 1964)¹⁴. Também em abril de 1964, o monitor da escola de Cupira, relatava:

[...] Eu tenho topado tantas barreiras e buato desta escola, sobre comonista. Primeiro buato foi o nosso representante daqui de Bôa Vista, em diser-me que as cartilhas eram comonista. Minha escola esta tendo pouca frequência por causa destes buatos, mais eu sempre conversando os alunos e também a comunidade, tanta gente que tem se dirigido amim sobre este assunto. Apareceu uma conversa que D. Antonio, tinha sido detido, e o Padre Mansoete também por causa da escola que era comonista e que estas cartilhas iam ser recolhida pelo o exercito e os monitores iam ser preso. [...] agora esta melhorando mais porque temos explicado muito de onde nasce esta escola e quem são os dirigentes destes movimentos. [...] (Machado, 1964).

Na carta, o monitor se refere a D. Antonio Campelo de Aragão, Bispo Diocesano de Petrolina e ao Padre Mansueto de Lavor, seu assessor e Diretor do MEB em Petrolina, atuando também na emissora *A Voz do São Francisco* (Feitosa e Bitencourt, 2014), que transmitia a programação para as escolas radiofônicas de alguns dos sistemas de Pernambuco. O relato evidencia as repercussões do episódio para a manutenção das atividades nas escolas, diante das suspeitas sobre o MEB e do temor das monitoras e dos estudantes com relação ao fato de estarem participando das aulas, já que a perseguição e a prisão de pessoas eram uma realidade.

Em carta ao Padre Mansueto, no dia 20 de abril, a monitora de Serrita comentava:

[...] Estou ansiosa pela vossa presença aqui em Serrita a respeito as aulas pelo radio. Não estou dando aula desde do dia 18 deste devido aos buato e as cartilhas [...] ajudava a 21 alunos toda noite seguida mas o juiz de direito soube disto talvez pelos boateiros da rua que as cartilhas e comunistas e ai fui proibido, o radio, cartilhas tudo isso esta na casa Paroquial recolhida para serem entregue, portanto peço manda João busca o radio com todo material e aqui as minha desculpa (Almeida, 1964).

A monitora de Verdejante escreveu às supervisoras sobre a situação em sua escola, na qual mencionava a notícia sobre a prisão de D. Antônio:

Esta é para avizar que com ordem do Padre Domingo do Salgueiro as professoras pediu para recolher os livros que são comunista e aqui está uma notícia de que o bispo esta preso, eu estou quase louca tenho medo, mais tenho pena de deixar minha escola pois adoro, tenho o maior prazer, os alunos estão satisfeitos mais com esta notícia vão entristecer. Peço que quando receber avize o de devemos fazer pois vou parar até receber avizo, os livros do Salgueiro não foram distribuido pois as professoras e o padre não entregaram dizendo [ilegível] eram comunista eu já estou como uma pessoa sem juízo pois o povo dizendo e eu não acredito vou parar, hoje mais espero notícias daí (Dantas, 1964).

Em Açude-Quebrado, também na região de Salgueiro, a monitora comentava:

Estou preocupada com a escola, pouca luz, faltando pilhas para o rádio e também os boatos do povo que fazem os alunos acreditarem em muitas mentiras, e para acabar de acertar tomaram os livros, não sei ainda a mando de quem, pois o Prefeito estava em Recife e êle nada sabia. Vou tomar as providências para que os livros voltem as minhas mãos.

Tem alunos sem acreditar que a escola seja católica, mas estou lutando para vencer; e vencerei se Deus Quiser. [...] (Carvalho, 1964).

Na mesma carta de 18 de abril, a monitora da escola de Grossos continuava:

[...] eu recebi ordem do prefeito para recolher os livros e mandar para a prefeitura, eu recolhi mais não mandei, pois recebi de suas mãos e só entrego a vocês ao contrario com ordens de vocês, estou certa ou não?

Os alunos estão assombrados, uns já deixaram de frequentar as aulas. Também já surgiram muitos boatos, eu estou muito preocupada com tudo isso que está acontecendo.

Por favor avize-me o mais breve possivel, a fim de tranquilizar a situação. [...] (Oliveira, 1964).

As monitoras utilizavam expressões como “uma pessoa sem juízo”, “tenho medo”, “assombrados”, “preocupados” e “tranquilizar”, para expressarem a forma como elas e seus alunos se sentiam, diante das ordens para que entregassem o material, bem como da atuação do Exército no recolhimento da cartilha e na prisão de pessoas que por algum motivo fossem associadas ao comunismo, mesmo sendo uma autoridade eclesiástica.

Os alunos também manifestaram seus temores com relação à situação e a continuidade das aulas. Em carta para a supervisora Raimunda Coelho, da equipe de Petrolina, o aluno diz sentir-se triste pela evasão de seus colegas e pelo risco de fechamento da escola:

[...] por cauza de inguinorancia não estão vindo porque estão dizendo que esta escola é coligada com o comunismo e também disse que o exercito ainda preciguindo todas [estas] escolas por que foi Miguel Arrais que publicou. Eu quero que a senhora ou qualquer outra das professoras ou mesmo um Padre nos dê uma grande explicação [...]. Eu mesmo não estou aguerditando nestes buatos, mais por cauza disto tem bastante gente pelejando pra tirar agente da escola [...] (Alencar, 1964).

A evasão dos estudantes e a ameaça de fechamento das escolas radiofônicas aparecem como consequências imediatas dos boatos em torno da cartilha e do MEB, bem como das ordens para o recolhimento do material nas comunidades, fatos estes que ganharam repercussão nas escolas radiofônicas após a efetivação do golpe e não da apreensão em si, uma vez que os relatos começam a aparecer em cartas escritas no mês de abril de 1964. Ademais, as cartas evidenciam que o episódio foi utilizado por autoridades locais na figura de prefeitos, juizes e militares, para reprimir as atividades do MEB ordenando às

monitoras o recolhimento do material e, em alguns casos, o fechamento de suas escolas:

Tenho está comunicar-lhe que aqui em Salgueiro, tem um capitão do exercito. Então ele recebeu um telegrama, de um general do exercito; pedindo para ele tomar das monitoras, os livros das escolas radiofonicas. Eu estando na Prefeitura [...] ele mandou me chamar, mostrou-me o telegrama e um pouco de livros, dos da turma B. E pediu para eu levar os meus, dizendo ele [...], que esta escola e do comunismo. Então eu respondi a ele, como é que esta escola é comunista, que quem liga com ela é os padres; e as pessoas mais religiosas.

Por causa desta novidade, ainda não estou lecionando. Sim que as cartilhas eu estou com elas. Pois não sou pessoa de tomar conta, de uma responsabilidade; e não dar conta. [...] (Silva, 1964b).

Sobre a perseguição e a prisão de integrantes do MEB, nos dias posteriores ao golpe, “aconteceram as principais ações de repressão contra o movimento” (Teixeira, 2008, p. 193), com a prisão de monitores, o fechamento de escolas e a perseguição a lideranças comunitárias, de modo que “a repressão militar atingiu sobretudo a base do movimento”, gerando medo e insegurança. Emanuel de Kadt (2007) menciona ameaças e prisões de monitores, saída de supervisores diante de acusações feitas por autoridades civis e militares, e pressões dos próprios bispos, para afastar os integrantes vistos como mais radicais.

Apesar da repressão dos apoiadores do golpe e da interferência de autoridades civis e militares quanto à cartilha e ao funcionamento das escolas, os relatos evidenciam o engajamento das monitoras nas atividades do MEB, diante das estratégias e da resistência, recolhendo o material, mas recusando-se a entregá-lo a uma pessoa que não fosse representante do Movimento. A escrita das cartas comunicando os fatos às equipes responsáveis e pedindo explicações sobre como proceder, denota que estas, a princípio, poderiam ceder às investidas das autoridades, em um contexto de repressão, mas buscaram junto aos dirigentes do MEB, elucidar os fatos e saber qual a decisão a ser tomada.

Segundo Kadt (2007), o golpe levou a paralisação completa das atividades do MEB em quase todos os sistemas, por períodos que variaram de uma semana a três meses, como é o caso do de Caruaru que teve o retorno das emissões radiofônicas autorizado, sem o uso das cartilhas “consideradas de caráter subversivo”, em documento assinado em julho de 1964, pelo coronel Aldo Pereira (Ministério da Guerra, 1964). Os relatos apontam para o fechamento, definitivo ou provisório, de escolas, porém, evidenciam a existência de outras que seguiram funcionando. Ademais, em carta escrita em meados de abril pela monitora de Cabrobó, que pertencia ao sistema de Petrolina, percebe-se que a programação continuou a ser emitida diariamente pela emissora *A voz do São Francisco*:

Nenhuma alteração sentimos sobre os boatos; tanto de minha parte como dos alunos, nunca suspendi aula, porque tenho con-

fiança nas pessoas com quem trabalho [...], o próprio prefeito perguntou-me se eu estava continuando com a escola? Pois corria boatos que diversos lugares, tinha suspendido as escolas. Então eu disse para ele, [...] que as aulas eram transmitidas todos os dias, pelo rádio. Se houvesse qualquer dúvida o rádio era o primeiro a dar notícias (Barros, 1964).

Em 11 de maio, a monitora de Sangue-Suga escreveu para contar sobre a realização de uma festa pelo dia das mães, relatar problemas com o rádio e pedir para que o MEB celebrasse uma missa no domingo de Páscoa. No final da carta comentou:

O povo sempre me diz que esta escola radiofônica é comunista, mas ninguém pode comigo pois eu morro dizendo que não é. Também diz que ela vai se acabar, mas eu confio em Deus onipotente que não acaba-se jamais. [...] Para ser melhor ainda, o sr. Prefeito [...] está dando pilhas para o rádio [...] (Callon, 1964).

A monitora de Matias, em sua missiva, comentava sobre a pouca frequência dos alunos que, naquele momento, estavam trabalhando na colheita. Acrescentava que os alunos frequentes estavam “aproveitando bem” as aulas e que pediam para que o professor explicasse novamente sobre sindicato e cantasse o hino “Aleluia”, para que pudessem aprender e cantar na novena de maio. No final comentava: “Quanto aos buatos, saíram muitos. Saiu até que vinham me buscar prêsa. Mas, quanto mais buatos, mais entusiasmo nosso” (Costa, 1964).

O monitor de Janguadinha relatava: “Com relação aos buatos que o povo conversava nós aqui estamos tranquilo confiando em Deus e na Equipe do MEB que tudo nós explica direitinho depois o Padre Mançoête sempre dando esclarecimento ficamos satisfeito. (Rodrigues, 1964). A escrita, com o uso de expressões como “seguimos tranquilos”, “confiando em Deus”, “nós explica direitinho” e Padre Mansueto “dando esclarecimento ficamos satisfeito”, demonstra a confiança no trabalho desempenhado por ele que, em grande medida, sustentava-se na fé em Deus e nos dirigentes eclesiásticos do MEB, além de sentir-se esclarecido e confiante de que poderia explicar sobre suas atividades, caso fosse impelido a tal por alguma autoridade.

Nas cartas percebe-se o uso do verbo no tempo passado para se referir aos boatos e acontecimentos. Ambas foram redigidas no dia 1 de maio, depois de passados dois meses da apreensão das cartilhas e um mês do golpe, o que pode ter contribuído para que os boatos fossem perdendo fôlego em algumas localidades, sobretudo, pelo fato de que algumas escolas seguiram funcionando e de que as emissões radiofônicas do MEB não foram interrompidas em todas as localidades, como é o caso da rádio *A Voz do São Francisco*, que no primeiro trimestre de 1964 transmitia a programação para os sistemas de Petrolina, Juazeiro, Floresta e Cajazeiras (PB) (MEB, 1964b).

Sobre a manutenção das atividades do MEB na região de Nazaré da Mata, região mais próxima à capital Recife, cuja programação era transmitida pela Rádio Olinda, que além do sistema de Nazaré também emitia para os de Palmares e Olinda, a monitora escreveu em

meados de maio à supervisora, mencionando a interrupção da programação radiofônica e a continuidade das aulas, mesmo com as notícias sobre a perseguição aos monitores:

Querida Gilvaneta [afim] prega nesta caneita para lida as notirsa das aulas. Faiz 3 semana que não tem escola e eu não sei pro que ela não dis pro que e mais eu estou ensinano pro mim mermas, mim disero que tinha monitor que estava apanhando, divido a Escola radiofônica que i si acaba. [...]. Cando comessa a aulas eu quero que pepondas esta crata dizendo por que passo aqueles dias sem escolas (Silva, 1964a).

Na mesma região, a monitora de Macaparana escreveu à supervisora Gilvaneta em 14 de abril para solicitar uma visita da supervisora:

[...] Estou anciosa que você apareça aqui, pois temos casos sérios a tratar, uma moça veio entregar a Escola que esta escola era comunista, são estes casos que precisamos converçar com ela e tem outras dizendo que muita gente estão dando conselho para elas deixarem porque este livro fala no camponez é comunista. [...] (Ramos, 1964).

A Zona da Mata, onde estavam localizadas as duas escolas, é uma região de produção de cana de açúcar em latifúndios. A organização dos trabalhadores rurais em sindicatos, conforme diretriz do próprio MEB (Fávero, 2006), e a luta pelo acesso à terra eram uma realidade nos anos que antecederam o golpe (Koury, 2010), de modo que, uma vez instaurado o regime, a repressão foi intensa com a prisão de militantes pela reforma agrária e de líderes sindicais (Carneiro; Ciocari, 2011). A proximidade com Recife é um elemento a se considerar quando se trata das repercussões da apreensão da cartilha nas escolas dessa região que, conforme indicam as cartas, tiveram a transmissão das aulas suspensas e notícias de denúncias sobre as escolas, ainda que algumas tenham seguido funcionando.

A carência de acesso à educação e o caráter religioso do Movimento são elementos que contribuem para fortalecer o rechaço a ideia de uma escola comunista, dando contornos a uma experiência educativa transcendental, que buscava a valorização do humano e a justiça social, a partir de valores religiosos constantemente afirmados pelo MEB: “Não se pretende dar aulas de catecismo, nem doutrinar àqueles aos quais nos dirigimos através da Escola Radiofônica. [...]”, mas sim “[...] conhecimentos que os façam crescer em condições dignas da natureza humana semelhante a Deus, e em convivência com os demais seres humanos” (MEB, 1962). Para essas pessoas o MEB era, antes de tudo, um movimento da Igreja:

[...] Como as senhoras já sabe aqui rolam muitos boatos, mais eu não deu ouvido, fui avizada que trancasse o radio que o juízo de direito tinha prendido os livros porque tinha umas partes comunista e não éra mais para ensinar mais eu não escutei continuei todos os dias assistindo as aulas não tive o menor medo estava confiando em Deus e na Petrolina pois tenho serteza que ahi não há confusão, visto que já recebi pelo radio na palavra do Reverendo Padre Mansoêto e do nosso querido e muito virtuoso Bispo D. Antonio.

Aqui na região a mentira é mais acreditada do que a verdade, muito desejo que o Padre Mansoêto venha celebrar na capela da qui para tirá a confusão de muita gente (Neto, 1964).

O estudo das cartas nos convida a ouvir as vozes das monitoras, que denunciam o não acesso à educação e à alfabetização, condição para a participação política pelo voto. Na luta por direitos, essas educadoras se mobilizaram em torno à Igreja como forma de organização e possibilidade de melhoria de vida, o que certamente contribuiu para que a ação repressiva do Estado tenha assumido uma legitimidade própria nas escolas radiofônicas. Esses olhares e escutas são também fundamentais para evidenciar o papel das mulheres no MEB, de modo a romper com visões hierarquizadas das relações de gênero, colocando-as como agentes e não como instrumentos desse processo do qual foram parte constitutiva e ativa, a partir de sua participação, de suas vozes e escritos, como formas de luta pela igualdade, pela garantia de seus direitos e de insurreição contra as autoridades estabelecidas.

Considerações finais

O episódio da apreensão da cartilha *Viver é Lutar* é revelador das tensões políticas que antecedem o golpe de 1964. No primeiro tópico, tratamos o evento em suas correlações com a situação conjuntural do MEB, em 1964. Com base no processo aberto pelo DOPS, nos documentos produzidos pela coordenação do Movimento e na repercussão jornalística a respeito do ocorrido, observamos, por um lado, a formas de construção de um consenso em torno da existência da ameaça de sublevação comunista em curso no país. Tal ameaça estaria ligada à mobilização do movimento estudantil e dos trabalhadores rurais e urbanos, bem como às Reformas de Base, propostas pelo Governo Goulart. Esse consenso atingiu também os setores considerados mais progressistas da Igreja Católica, que foram repetidamente alcunhados como *bispos cor de rosa* e *padres vermelhos*, permitindo perceber que qualquer menção ao nacional-desenvolvimentismo e a melhores condições de vida e trabalho para as populações rurais e urbanas poderia rapidamente vir a ser transformada em adesão ao *comunismo*, mesmo para membros de uma instituição que, por definição, seria anticomunista.

Por outro lado, a forma como o episódio foi tratado nos periódicos é reveladora da tensão política existente entre os apoiadores do governo Goulart e seus opositores, e demonstra como os grupos ligados à esquerda católica e aos movimentos sociais foram implicados neste debate pela imprensa. Assim, com base na ação da Secretaria de Segurança e do DOPS da Guanabara e na repercussão midiática do evento, podemos vislumbrar, em âmbito macro, as enormes dificuldades para a manutenção do Estado de direito no país e, em âmbito micrológico, as consequências para a atuação do MEB, após a efetivação do golpe em 31 de março de 1964.

Em relação às medidas tomadas após a instauração da ditadura, as cartas analisadas no segundo tópico permitem perceber que o epi-

sódio foi utilizado por autoridades locais na figura de prefeitos, juízes e militares, para reprimir as atividades do MEB, ordenando às monitoras o recolhimento do material e, em alguns casos, o fechamento de suas escolas.

Mas, as missivas possibilitam conhecer também as resistências por parte de alunos/as monitoras/es. Entre elas, conversas com a comunidade, defesa do MEB perante as autoridades e mesmo a recusa em entregar as cartilhas e fechar as escolas. Além disso, demonstram a existência de laços de confiança da comunidade perante as monitoras, bem como destas em relação ao MEB e seus dirigentes católicos, a partir da afirmação do caráter religioso do Movimento.

Para finalizar gostaríamos de salientar, em concordância com o historiador Ranahit Guha (2002), que narrar a história de um país marcado pela desigualdade social, pela concentração de terra e pela dicotomia entre o urbano e o rural requer que se ouçam as vozes das pessoas que historicamente estiveram excluídas dos direitos básicos, entre eles o acesso à educação. Com esse artigo esperamos ter colaborado tanto para a análise de aspectos pouco conhecidos das tensões e contradições políticas no contexto do golpe de Estado de 1964, quanto para melhor conhecermos as experiências cotidianas das pessoas que vivenciaram a ditadura então instaurada, ampliando, assim, seus espaços de escuta na produção historiográfica.

Recebido em 14 de junho de 2023

Aprovado em 18 de setembro de 2024

Notas

- ¹ Por exemplo: *De pé no chão também se aprende a ler*, Prefeitura de Natal; Centro de Cultura Popular/CPC, União Nacional do Estudantes/UNE; Movimento de Cultura Popular/MCP, governo de Pernambuco; *Sistema de Alfabetização Paulo Freire*, CEP-LAR e *Programa Nacional de Alfabetização/PNA*.
- ² A CNBB colocava à disposição do Governo Federal a Representação Nacional das Emissoras Católicas/RENEC. Criada em 1958, chegou a gerir 32 rádios no território nacional (Fávero, 2006)
- ³ A questão do financiamento público a uma iniciativa católica em um Estado oficialmente laico foi analisada em Bilhão e Klafke (2021).
- ⁴ Sobre sua biografia, ver: Nascimento (2008), Beozzo (2001) e Santana (2011).
- ⁵ O gênero está no feminino, pois a maioria era de mulheres com idades entre 15 e 25 anos, conforme Alves (2022).
- ⁶ Ver, por exemplo, Santos (2014); Silva (2020).
- ⁷ Com a mudança da capital para Brasília, o antigo Distrito Federal tornou-se estado da Guanabara, considerado unidade federativa de 1960 a 1975. O primeiro governador eleito foi Carlos Lacerda.
- ⁸ Fávero participou da coordenação nacional do MEB de 1961 a 1966. Ao longo dos anos se tornou um importante estudioso tanto do MEB – tema de sua tese de doutoramento – quanto da educação de jovens e adultos e da educação popular no Brasil. É professor emérito na Universidade Federal Fluminense.

- ⁹ Catalogou, digitalizou e disponibilizou o material relativo ao histórico dos movimentos de alfabetização e cultura popular do período, entre eles o MEB.
- ¹⁰ O livro publicado por Caó, em 1959, compilava textos escritos por Lacerda, visando a explicitar suas contradições (Antonio; Chaves, 2021). O jornal *O Panfleto*, da Frente de Mobilização Popular (FMP) apoiava Brizola, criticando o governo de João Goulart por sua política de conciliação e cobrando a execução das reformas de base (Szatkoski, 2008).
- ¹¹ A encíclica *Mater et Magistra*, de 1961, buscou ler os “sinais dos tempos” e responder aos problemas temporais. Várias de suas ideias foram adotadas pelo *Concílio Vaticano II* (outubro de 1962 a dezembro de 1965), que regulamentou temas relacionados ao *aggiornamento* (atualização) das relações da Igreja Católica com o mundo contemporâneo.
- ¹² Questão tratada em Bilhão e Klafke (2020).
- ¹³ Em 1963 o MEB possuía 1298 escolas radiofônicas em Pernambuco, distribuídas em 11 sistemas, que atingiam 91 municípios. Os maiores sistemas, com mais de 100 escolas, eram os de Afogados da Ingazeira (301), Caruaru (227) Nazaré da Mata (200), Petrolina (163), Recife (147) e Garanhuns (112). Possuía uma equipe de 101 pessoas e 40000 alunos matriculados. MEB (1963-1964) e MEB (1964a).
- ¹⁴ Para trazer a riqueza da prosódia dos escritos e manter a fluidez da leitura, foram mantidas nas transcrições a grafia original das cartas e as características anteriores à Reforma Ortográfica de 1971.

Referências

- A ARMADILHA Psicológica. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 3, 28 fev. 1964.
- A CARTILHA apreendida só visa a provocar revolta e insatisfação, diz o IPE. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 13, 27 fev. 1964.
- ALENCAR, Elias Pereira. [Correspondência]. Destinatário: Raimunda Teixeira Coelho. Fazenda Pedras, PE, 10 abr. 1964. 1 carta pessoal.
- ALVES, Kelly Ludkiewicz. **Entre as cartas e o rádio**: alfabetização de adultos e cultura popular nas escolas radiofônicas do Movimento de Educação de Base. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2022. v. 1. 226p.
- ANTONIO, Mariana Dias; CHAVES, Renan Ramos. Lacerdismo: Uma Breve Exploração do Conceito. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 15, n. 30, p. 134-151, 2021. DOI: 10.30612/rehr.v15i30.12974. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/12974>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- BARROS, Doralice. [Correspondência]. Destinatário: n.i. Cabrobó, PE, abr. 1964. 1 carta pessoal.
- BEOZZO, José Oscar. **Padres conciliares brasileiros no Vaticano II**: participação e prosopografia - 1959-1965. 2001. 463 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2001. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-17092002-124007/pt-br.php>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- BILHÃO, Isabel; KLAFKE, Álvaro. Do SIRENA ao MEB: articulações entre empresários, Igreja Católica e Estado para a implantação da radioeducação no

Brasil (década de 1950). **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, p. 1-23, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ZfsSn3HmXHVp7qqbsbshsJf/>. Acesso em: 08 set. 2024.

BILHÃO, Isabel; KLAFKE, Álvaro. Igreja, Estado e educação uma análise da constituição do Movimento de Educação de Base (MEB). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 21, p. 1-24, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/QgkyCknBSVnpRHbhDYVJDgR/#>. Acesso em: 08 set. 2024.

BOURDIEU, Pierre. A Opinião Pública não existe. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 173-182.

CALLON, Melânia. [Correspondência]. Destinatário: supervisoras. Sangue-suga, PE, 11 mai. 1964. 1 carta pessoal.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos (1962-1985)**. Brasília: MDA, 2011.

CARTILHA não atende fins pedagógicos. **Tribuna da imprensa**, Rio de Janeiro, p. 4, 27 fev. 1964.

CARTILHAS do MEB serão devolvidas. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 17, 1 mar. 1964.

CARVALHO, Antonia Nunes. [Correspondência]. Destinatário: Mundica. Açude-Quebrado, Recife, 24 abr. 1964. 1 carta pessoal.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. De la suscripción a la necesidad de escribir. In: CASTILLO GÓMEZ, Antonio (Org.). **La conquista del alfabeto: escritura y clases populares**. Cenero-Gijón: Ediciones Trea, 2002. p. 21-51.

CHEFE de polícia explica a diligencia na Gráfica: Cartilhas subversivas apreendidas pertencem a Bispos Cor de Rosa. **A Notícia**, RJ, 21 fevereiro 1964, p. 2.

COSTA, Expedida. [Correspondência]. Destinatário: supervisoras. Matias, PE, 1 mai. 1964. 1 carta pessoal.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História**, v. 35, n. 2, p. 253-270, ago./dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>. Acesso em: 15 mai. 2023.

DANTAS, Oliete. [Correspondência]. Destinatário: supervisoras. Verdejante, PE, 13 abr. 1964. 1 carta pessoal.

DOM TÁVORA não será ouvido no inquérito da cartilha comunista. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 12, 17 mar. 1964.

DOPS CAI NO RIDÍCULO: 'Cartilhas Subversivas' são mesmo dos Bispos. **Última Hora**, Rio de Janeiro, p. 2, 22 fev. 1964.

FÁVERO, Osmar. **Educação Popular (1947-1967)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2013. 1 DVD. Disponível em: www.forumeja.org.br. Acesso em: 15 mar. 2023.

FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961/1966)**. Campinas: Autores Associados, 2006.

FEITOSA, José Roberto Barbosa; BITENCOURT, Ricardo Barbosa. História da EAD no Sertão Pernambucano: o rádio e o movimento de educação de base. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, São Paulo, v. 13, p. 99-113, 2014. Disponível em: <https://abed.emnuvens.com.br/RBAAD/article/view/254/156>. Acesso em: 15 mar. 2023.

GUHA, Ranahit. **Las voces de la historia y otros estudios subalternos**. Barcelona: Editorial Crítica, 2002.

INFORMATIVO econômico. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 4, 10 mar. 1964.

INTOLERÂNCIA e violência. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 6, 21 fev. 1964.

KADT, Emanuel de. **Católicos Radicais no Brasil**. Brasília: UNESCO, MEC, 2007.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Protestos rurais em Pernambuco, Brasil: 1964 a 1968. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 64, p. 107-126, 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/spp/320>. Acesso em: 10 maio 2023.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da micro-análise**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

MACHADO, José. [Correspondência]. Destinatário: supervisoras. Cupira, PE, abr. 1964. 1 carta pessoal.

MALTA, Octávio. A Cartilha dos Bispos. **Última Hora**, Recife, p. 7, 6 mar. 1964a.

MALTA, Octávio. Continuar até mudar. **Última Hora**, Recife, p. 4, 7 mar. 1964b.

MEB. Movimento de Educação de Base. Equipe Estadual. **Programa de Educação de Base – Educação Moral Religiosa**. Recife, 1962.

MEB. Movimento de Educação de Base. Equipe Nacional. **Cartilha Saber para Viver**. 1963a.

MEB. Movimento de Educação de Base. Equipe Nacional. **Cartilha Viver é Lutar**. 1963b.

MEB. Movimento de Educação de Base. Pernambuco, 1963-1964.

MEB. Movimento de Educação de Base. Recife, 1964a.

MEB. Movimento de Educação de Base. Pernambuco (até 31/3/1964). Recife, 1964b.

MEB. Movimento de Educação de Base. Equipe Nacional. **Cartilha Mutirão**. 1965.

MINISTÉRIO DA GUERRA. IV Exército. 7ª Região Militar. 22ª Circunscrição de Recrutamento. Caruaru, PE, 1964.

NASCIMENTO, Isaías. **Dom Távora, o bispo dos operários: um homem além do seu tempo**. São Paulo: Paulinas, 2008.

NETO, Maria Cícero. [Correspondência]. Destinatário: supervisoras. Pernambuco, 1964. 1 carta pessoal.

OLIVEIRA, Luzinete Cordeiro. [Correspondência]. Destinatário: supervisoras. Grossos, PE, 18 abr. 1964. 1 carta pessoal.

PONTE PRETA, Stanislaw. A Impressionante Mancada da Turma Anticomunizante. **Última Hora**, Recife, p. 7, 26 fev. 1964a.

PONTE PRETA, Stanislaw. Fotocalizando. **Última Hora**, Recife, p. 8, 03 mar. 1964b.

RAMOS, Francisca. [Correspondência]. Destinatário: Gilvaneta. Macaparana, PE, 14 abr. 1964. 1 carta pessoal.

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da micro-análise**. Rio de Janeiro FGV Editora, 1998.

RODRIGUES, Manoel José. [Correspondência]. Destinatário: supervisora Helenita D. Ferreira. Janguadinha, PE, 1 mai. 1964. 1 carta pessoal.

SANTANA, Glêyse Santos. **A guinada da igreja progressista em Sergipe: o bispado de Dom José Vicente Távora (1958-1970)**. 2011. 123 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Núcleo de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/6253> Acesso em: 20 ago. 2018.

SANTOS, Lidiane Nayara Nascimento dos. **Viver é Lutar: A proposta didático-pedagógica do Movimento de Educação de Base (1961/1966)**. 2014. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/2867/1/LNNS13082014.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2023.

SILVA, Alice Pereira da. [Correspondência]. Destinatário: supervisoras. Sítio Penedo, PE, 15 mai. 1964b. 1 carta pessoal.

SILVA, Francisco Tenório da. **O discurso de resistência nos materiais didáticos do Movimento de Educação de Base (MEB)**. 2020. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/7761>. Acesso 12 mar. 2023.

SILVA, Irene Vieira da. [Correspondência]. Destinatário: Gilvaneta. Nazaré da Mata, PE, 11 mai. 1964a. 1 carta pessoal.

SZATKOSKI, Elenice. **O jornal Panfleto e a construção do Brizolismo**. 2008. 191 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2250>. Acesso em: 12 abr. 2023.

TEIXEIRA, Wagner da Silva. **Educação em tempos de luta: história dos movimentos de educação e cultura popular (1958-1964)**. 2008. 229 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/27623>. Acesso em: 10 maio 2023.

Isabel Aparecida Bilhão é Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora e pesquisadora nos PPG em Educação e em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2299-1429>
E-mail: ibilhao@unisinos.br

Kelly Ludkiewicz Alves é Doutora em Educação pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade (EHPS-PUC/SP). Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia

Bilhão; Alves

(FACED/UFBA) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PGEDU-FACED/UFBA).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5487-2758>

E-mail: kelly.alves@ufba.br

Disponibilidade dos dados da pesquisa: o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo está publicado no próprio artigo.

Editora responsável: Carla Karnoppi Vasques

